

**ANEXO**  
**Testemunho do autor da ideia legislativa**

***“Regulamentação da profissão de pesquisador acadêmico”***

O cidadão Oscar Paz, de Pernambuco, é autor da ideia legislativa que alcançou 20.458 apoios até agosto de 2019 e resultou na Sugestão Legislativa (SUG) 31/2019. A proposta defende a regulamentação da profissão de pesquisador acadêmico.

**Sobre o testemunho do autor de ideia legislativa**

O testemunho é um documento redigido pelo autor da ideia legislativa ou pela equipe do e-Cidadania. Em alguns casos, a equipe realiza a transcrição de áudio ou vídeo enviado pelo autor, ou elabora um texto a partir de uma entrevista. O testemunho é submetido ao autor da ideia para checagem, aprovação e autorização expressa para publicação. Dessa forma, o texto do testemunho constitui um retrato fiel do pensamento do cidadão. O auxílio na elaboração do documento é uma maneira de estender a participação popular no processo legislativo, uma vez que permitirá que pessoas de diferentes escolaridades apresentem seus argumentos.

**DEPOIMENTO**

Meu nome é Oscar Paz. Sou natural de Recife e atualmente resido em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. Sou mestre em gestão ambiental pelo Instituto Federal de Pernambuco, especialista em geoprocessamento aplicado pelo Instituto Federal de Minas Gerais e tecnólogo em gestão ambiental pelo Instituto Federal de Pernambuco.

Quando estive na universidade, pude conviver com muitos colegas pesquisadores – graduandos, mestrandos e doutorandos. Muitos deles passavam até dez anos dentro da universidade, gerando pesquisas e desenvolvimento para o país.

Todos esses anos investidos em pesquisa não são computados como tempo para aposentadoria. Muitos amigos abriram mão de atuar na iniciativa privada, tornaram-se mestres e doutores, e, quando entraram no mercado de trabalho, não tinham nenhum tempo computado para sua aposentadoria. Também tiveram seus direitos trabalhistas negados, pois a atividade como bolsista não é considerada um emprego, nos moldes da legislação brasileira.

Remontando à minha história pessoal: em 1993, eu prestei concurso para o SENAI. Lembro que eu precisava ter uma carteira de trabalho, porque, após a aprovação no concurso, a carteira era assinada como aprendiz – e esse tempo de trabalho era computado para a aposentadoria.

Enquanto isso, na universidade, esse tempo não é levado em consideração. Os pesquisadores passam dez, doze horas trabalhando – sua rotina em nada se difere da de um trabalhador de iniciativa privada. Para priorar, as bolsas estão

sem reajustes há cerca dez anos. A bolsa de iniciação científica é de apenas 400 reais; a bolsa de mestrado é de 1200 reais, e a de pós-doutorado é de 2200 reais.

Os valores são insuficientes para cobrir as despesas pessoais. Os contratos das bolsas são de dedicação exclusiva, o que obriga os pesquisadores a trabalhar clandestinamente em atividades paralelas para complementar a renda. É uma enorme injustiça com quem faz pesquisa em nosso país.

Em 2017, tivemos um grande avanço com a aprovação da Lei 13.536, que possibilitou a prorrogação dos prazos de vigência de bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa em casos de maternidade e adoção. Essa lei foi um avanço, pois a maternidade não vai mais levar à interrupção dos estudos e da carreira das pós-graduandas. Antes, elas eram obrigadas a abandonar o programa de pesquisa ou a adiar o sonho de se tornar mães. Mas isso ainda é pouco.

Com a Covid-19, tivemos demonstrações do profissionalismo e do pioneirismo de nossos pesquisadores. A biomédica doutora Jaqueline Goes de Jesus sequenciou o vírus em apenas 48 horas, um grande feito para a nossa ciência – ela foi uma das primeiras pessoas a fazer isso no mundo.

Cito também o artigo de Benício Belo, que toma como exemplo os Estados Unidos, onde a tecnologia é entendida como um instrumento para o sucesso industrial. Empresas e universidades atuam juntas para promover o desenvolvimento e a tecnologia daquela nação. Belo também descreve o êxodo de cérebros, como ocorre hoje em nosso país, devido à desvalorização dos pesquisadores brasileiros.

Ser pesquisador no Brasil é um grande desafio, diante de tantos retrocessos. Nossa proposta de ideia legislativa é valorizar a pesquisa no nosso país, para que ela seja reconhecida como a profissão que já é, na prática.

Um dos maiores potenciais dessa proposta é propiciar que a profissão de pesquisador seja contínua. Cerca de 70% da pesquisa feita no Brasil é fomentada pelo poder público, o que é limitante. O pesquisador deve atuar em instituições públicas e privadas. Não faz sentido que alguém tenha uma profissão apenas enquanto está na universidade, com uma descontinuidade no ofício para o qual ele se preparou. É importante criar a carreira de pesquisador, que não existe no Brasil.

Hoje, o trabalho do pesquisador é fazer pesquisa e dar aula, o que prejudica a qualidade da pesquisa. Pesquisar e dar aula são coisas distintas. Apesar de Paulo Freire ter afirmado que não há ensino sem pesquisa nem pesquisa sem ensino, ele quis dizer que são atividades complementares, e não uma profissão dupla.

Assim, uma das maiores contribuições para o desenvolvimento do Brasil seria o desenvolvimento dessa carreira. A criação de uma carreira exclusiva de pesquisador, com a opção de ensino como uma atividade complementar. Isso

acontece um pouco hoje na Fiocruz. Há pesquisadores que podem ou não ensinar.

A única forma de mestres e doutores fazerem pesquisa hoje, no Brasil, é ensinando. Nas universidades, as pessoas ensinam e pesquisam, acumulando funções. De forma sucinta, a ideia legislativa defende a possibilidade de se criar uma carreira somente de pesquisa, tornando o ato de dar aula uma escolha, e não uma obrigação para o pesquisador. Essa profissão também precisa ser reconhecida e ter a garantia dos mesmos direitos concedidos aos demais trabalhadores. Deveria ser uma carreira sólida, contínua, permanente. E ser oferecida tanto dentro das universidades públicas como em instituições ligadas à iniciativa privada. Essa é a essência da ideia.

Essa interface do Senado para conosco, cidadãos brasileiros, é muito importante. O Senado, como a Câmara, deve ser o reflexo do seu povo. Do e-Cidadania já saíram importantes projetos de lei, como o projeto de uso do tradutor de Libras, do senador Alessandro Vieira. Inclusive, eu me disponho a conversar com os senhores senadores e explicar um pouco melhor nossa proposta de ideia legislativa em oportunidades futuras.

Agradeço o espaço concedido e torço para que nossa proposta possa avançar, em prol da ciência, dos pesquisadores e da profissionalização da pesquisa em nosso país. Obrigado pela oportunidade.